Medida Provisória nº 1010, de 2020

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Explicação da Ementa:

Isenção do pagamento da fatura de energia elétrica aos consumidores do Estado do Amapá, não se aplicando a débitos pretéritos, parcelamentos ou outras cobranças incluídas nas faturas elegíveis, se não relacionados à cobrança pelo consumo registrado no mês de competência.

Assunto: Jurídico - Direito do Consumidor

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Destino: À sanção

Último local: 22/12/2025 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 27/04/2021 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 1270 de 2021

Requerimento nº 1285 de 2021

Veto nº 00017 de 2021

Despacho:

19/03/2021

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Davi Alcolumbre (encerrado em 30/03/2021 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

06/10/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

Recebido em: 2025-12-22 às 11:56 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

26/04/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 129, de 26/04/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o recebimento

TRAMITAÇÃO

da Mensagem nº 266, de 2021, da Presidência da República, que restitui autógrafo das partes vetadas, promulgadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e incorporadas à Lei 14.146, de 26 de abril de 2021.

À COARQ.

18/04/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem da Presidência da República nº 266, de 2021, que restitui o autógrafo do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020 (Medida Provisória nº 1.010, de 2020), promulgado e convertido na Lei nº 14.146, de 26 de abril de 2021.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 50 - DSF nº 53

Publicado no DSF Páginas 53-54 - DSF nº 53

30/06/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 185, de 30/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 25 de junho de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1010, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 27 de abril de 2021 com sua conversão na Lei nº14.146, de 2021, sancionada no dia 26 do mesmo mês e ano.

28/06/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Em 25-06-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1010, de 2020, cuja vigência encerrou-se em 27-04-2021, com a publicação da Lei nº 14.146, de 2021, sancionada em 26-04-2021 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 01-07-2021).

Publicado no DCN Páginas 5 - DCN nº 26

27/04/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Matéria aguardando edição de decreto legislativo (art. 62, §11, da Constituição Federal e art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN) até 25/06/2021.

27/04/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 14146 DE 2021. (vetada parcialmente: vide MSG 163 de 2021).
DOU (Diário Oficial da União) - 27/04/2021 - Seção I - págs. 2 e 2.
Sancionada em 26/04/2021.

À SLCN.

05/04/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

TRAMITAÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 74, de 05/04/21, ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 38/21/ ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 75, de 05/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

31/03/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Davi Alcolumbre por deliberação da matéria.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: (Sessão Deliberativa Remota realizada em 30/03/2021)
Encaminhado à publicação o PLV nº 44/2020.
Encaminhadas à publicação as Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
Proferido pelo Senador Davi Alcolumbre o Parecer nº 45/2021-PLEN/SF, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária da MPV nº 1.010/2020 e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 44/2020 e rejeição das Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
A Presidência indefere proposta do Senador Esperidião Amin de impugnação de matérias estranhas à Medida Provisória.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o PLV nº 44/2020, nos termos do parecer, com voto contrário do Senador Esperidião Amin.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.
À sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Encaminhado à publicação o RQS nº 1270/2021, da liderança do MDB, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN; retirado pelo RQS nº 1285/2021, também encaminhado à publicação)

Publicado no DSF Páginas 109-126 - DSF nº 41

Publicado no DSF Páginas 22-30 - DSF nº 41

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Requerimento nº 1285/2021, da Liderança do MDB, de retirada do Requerimento nº 1270/2021, de destaque.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 30/03/2021.

Publicado no DSF Páginas 92-99 - DSF nº 41

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a apresentação de destaques, na sessão de hoje, para a matéria, às 16h02.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Davi Alcolumbre.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Requerimento nº 1270/2021, da Liderança do MDB, de destaque, para votação em separado, da EM 37-PLEN, ao PLV 44/2020, da MPV 1010/2020.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrado o prazo de emendamento à matéria às 14h de 30/03/2021.
Perante a Mesa do Senado Federal foram apresentadas 2 emendas.

30/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebidas as Emendas nºs:
- 37, da Senadora Rose de Freitas; e
- 38, do Senador Mecias de Jesus.

26/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 30.03.2021.

25/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 04/05/2021.

19/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designado Relator de Plenário o Senador Davi Alcolumbre.

18/03/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

Publicado no DSF Páginas 92-99 - DSF nº 41

18/03/2021 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação da Declaração de Voto n. 14 MESA, pelo Deputado Bosco Costa (PL/SE).

17/03/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 123/2021/SGM-P.

17/03/2021 PLEN - Plenário

TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentação da Declaração de Voto n. 10 MESA, pelo Deputado João Carlos Bacelar (PL/BA).
Apresentação da Declaração de Voto n. 11 MESA, pela Deputada Soraya Santos (PL/RJ).
Apresentação da Declaração de Voto n. 12 MESA, pelo Deputado Josimar Maranhãozinho (PL/MA).
Apresentação da Declaração de Voto n. 13 MESA, pelo Deputado Hugo Leal (PSD/RJ).

16/03/2021 PLEN - Plenário

Ação: Votação preliminar em turno único.
Encaminhou a Votação do Parecer Preliminar o Dep. Coronel Tadeu (PSL-SP).
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Encaminhou a Votação do Parecer Preliminar o Dep. Coronel Tadeu (PSL-SP).
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação do DTQ 13: Bloco NOVO (NOVO): Destaque de preferência para votação do texto original da MPV 1010/20. (art. 161, IV)
Encaminharam a Votação: Dep. Celso Sabino (PSDB-PA) e Dep. Paulo Ganime (NOVO-RJ).
Rejeitada a preferência.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Subemenda Substitutiva Global Reformulada em Plenário ao Projeto de Lei de Conversão, adotada pelo Relator da Comissão Mista, ressalvados os destaques.
Retirado o DTQ 1: PDT: Emenda de comissão n° 13 (art. 161, II)
Retirado o DTQ 2: Bloco PL (PSD): Destaque de preferência para o texto original da MPV nº 1.010 de 2020. (art. 161, IV)
Retirado o DTQ 3: PCdoB: Emenda de Comissão nº 13 (art. 161, II)
Retirado o DTQ 4: NOVO: Destaque para a votação em separado do artigo 3º do PLV apresentado à MPV 1010/20, com vistas à supressão. (art. 161, I)
Retirado o DTQ 5: NOVO: Emenda de Comissão nº 13 (art. 161, II)
Retirado o DTQ 6: PSB: Emenda de Comissão nº 5 (art. 161, II)
Retirado o DTQ 7: PSB: Emenda de Comissão nº 6 (art. 161, II)
Retirado o DTQ 8: NOVO: destaque para a votação em separado do artigo 3º do PLV apresentado à MPV 1010/20, com vistas à supressão. (art. 161, I)
Retirado o DTQ 10: PSOL: destaque para votação em separado o artigo 5º do PLV (art. 161, I)
Retirado o DTQ 11: Bloco NOVO: destaque para votação em separado do §2º do art. 2º do PLV apresentado à MPV 1010/20, com vistas à sua supressão. (art. 161, I)
Votação do DTQ 12: PSOL: destaque para votação em separado do artigo 5º da Subemenda Substitutiva Global apesentada à MPV 1010 de 2020, com vistas à sua rejeição. (art. 161, I)
Encaminharam a Votação: Dep. Coronel Tadeu (PSL-SP) e Dep. Talíria Petrone (PSOL-RJ).
Mantido o texto.
Votação do DTQ 9: PT: destaque, com vistas à rejeição, do artigo 6º da Subemenda Substitutiva Global apesentada à MPV 1010/2020. (art. 161, I)
Encaminharam a Votação: Dep. Leo de Brito (PT-AC) e Dep. Coronel Tadeu (PSL-SP).
Mantido o texto.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.010-B/2020) - (PLV 44/2020).
Apresentação da Declaração de Voto n. 4 MESA, pelo Deputado José Airton Félix Cirilo (PT/CE).
Apresentação da Declaração de Voto n. 5 MESA, pelo Deputado Raimundo Costa (PL/BA).
Apresentação da Declaração de Voto n. 6 MESA, pelo Deputado Capitão Augusto (PL/SP).
Apresentação da Declaração de Voto n. 7 MESA, pelo Deputado Junior Lourenço (PL/MA).
Apresentação da Declaração de Voto n. 8 MESA, pelo Deputado Abílio Santana (PL/BA).
Apresentação da Declaração de Voto n. 9 MESA, pelo Deputado José Airton Félix Cirilo (PT/CE).
Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Acácio Favacho (PROS/AP).

16/03/2021 MPV101020 - Comissão Mista da MPV 1010/2020

Ação: Parecer Reformulado às Emendas de Plenário, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária de todas as Emendas de Plenário com apoiamento regimental; e, no mérito, pela aprovação das Emendas 1 e 2, na forma da Subemenda Substitutiva Global apresentada; e pela rejeição das Emendas 3 e 4.

TRAMITAÇÃO

16/03/2021 PLEN - Plenário

Ação: Continuação da votação em turno único.
Votação do Requerimento do Bloco Parlamentar Novo, Cidadania e PV, que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminhou a Votação o Dep. Paulo Ganime (NOVO-RJ).
Rejeitado o Requerimento. Sim: 12; não: 358; total: 370.
Designado Relator, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), para proferir Parecer Reformulado às Emendas de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

15/03/2021 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar às Emendas de Plenário n. 3 PLEN, pelo Deputado Acácio Favacho (PROS/AP).

25/02/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 3, de 24/02/2021, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 25/02/2021 – Seção 1 – Página 4)

03/02/2021 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação da Declaração de Voto n. 3 MESA, pelo Deputado Hugo Leal (PSD/RJ).

02/02/2021 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Parecer Proferido em Plenário; Emendas de Plenário; Parecer às Emendas de Plenário; e Parecer Reformulado às Emendas de Plenário publicados em avulso e no DCD de 03/02/2021, Letra A.

22/12/2020 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar às Emendas de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Acácio Favacho (PROS/AP).
Apresentação da Declaração de Voto n. 1 MESA, pelo Deputado João Daniel (PT/SE).
Apresentação da Declaração de Voto n. 2 MESA, pela Deputada Major Fabiana (PSL/RJ).
Apresentação do Parecer Preliminar às Emendas de Plenário n. 2 PLEN, pelo Deputado Acácio Favacho (PROS/AP).

22/12/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o PLV nº 1, de 2020, da Comissão Mista da MPV 1010/2020, que Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002..
Recebido o PLV nº 44, de 2020, da Comissão Mista da MPV 1010/2020, que Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002..

22/12/2020 MPV101020 - Comissão Mista da MPV 1010/2020

Ação: Apresentação do Projeto de Lei de Conversão n. 44/2020, pelo Deputado Acácio Favacho (PROS-AP), que: "[EMENTA!]".

22/12/2020 PLEN - Plenário

Ação: Votação em turno único.
Encaminharam a Votação: Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS) e Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG).
Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.

TRAMITAÇÃO

22/12/2020 MPV101020 - Comissão Mista da MPV 1010/2020

Ação: Parecer Reformulado de Plenário, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário de nºs 1 e 2; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 3 e 4; e, no mérito, pela aprovação parcial das Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, na forma da Subemenda Substitutiva Global apresentada ao PLV.

22/12/2020 PLEN - Plenário

Ação: Retirado de pauta, de ofício.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
Leitura do recebimento do Ofício n° 445/2020, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n° 1.010/2020 (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 22/12/2020 - 20h12 - 140ª Sessão).
Discussão em turno único.
Votação do Requerimento da Bancada do PL, que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminhou a Votação o Dep. Giovani Cherini (PL-RS).
Retirado pelo autor.
Designado Relator, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas nºs 1 a 36, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.010, de 2020; pela inconstitucionalidade da Emenda nº 22; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, e das demais Emendas; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, e das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.010/2020, e das Emendas nºs 7, 19, 20, 21, 23, 35 e 36 acolhidas parcialmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 44, adotado; e pela rejeição das demais Emendas.
Discutiram a Matéria: Dep. Professora Marcivania (PCdoB-AP), Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS), Dep. Erika Kokay (PT-DF) e Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG).
Encerrada a discussão.
O projeto foi emendado. Foram apresentadas as Emendas de Plenário de nºs 1 e 2.
Designado Relator, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), para proferir Parecer às Emendas de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer às Emendas de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Acácio Favacho (PROS-AP), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária de todas as Emendas de Plenário com apoiamento regimental; e, no mérito, pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 1 e 2, na forma da Subemenda Substitutiva Global apresentada ao PLV.
Votação do Requerimento da Bancada do NOVO, que solicita votação da matéria artigo por artigo.
Encaminhou a Votação o Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG).
Rejeitado o Requerimento. Sim: 11; não: 256; total: 267.

17/12/2020 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Acácio Favacho (PROS/AP).

02/12/2020 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/12/20 PÅG 153.

02/12/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

30/11/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 445, de 2020, do Congresso Nacional, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.010, de 2020, que “Isenta os

TRAMITAÇÃO

consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002".À Medida foram oferecidas 36 (trinta e seis) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link:"https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/145590".
Recebida a Mensagem nº 703/2020, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1010/2020.

30/11/2020 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 445, de 30/11/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

28/11/2020 CMMPV 1010/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

28/11/2020 CMMPV 1010/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 36 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) 001; 024; 025; 026; 027; 028; 029; 030; 031; 032; 033; 034;035 Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) 002; 003 Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC) 004 Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO) 005; 006 Deputado Federal Camilo Capiberibe (PSB/AP) 007; 020 Senador Weverton (PDT/MA) 008; 009 Deputado Federal Geninho Zuliani (DEM/SP) 010 Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE) 011; 012; 013; 014; 015 Deputado Federal Enio Verri (PT/PR) 016; 017; 018 Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF) 019 Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG) 021 Deputado Federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG) 022 Deputado Federal João Daniel (PT/SE) 023 Deputado Federal André Abdon (PP/AP) 036.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 03/12/2020.

Publicado no DCN Páginas 6-79 - DCN nº 54

26/11/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: À COCM, para recebimento de emendas.

26/11/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 25/11/2020 a 05/03/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 25/11/2020 a 27/11/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/02/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 27/11/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 28/11/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

TRAMITAÇÃO

25/11/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 25/11/2020, na página 1, a Medida Provisória 1010/2020.

Publicado no DOU Páginas 1

DOCUMENTOS

MPV 1010/2020

Data: 25/11/2020

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Quadro Comparativo

Data: 25/11/2020

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 25/11/2020, na página 1, a Medida Provisória 1010/2020.

Descrição/Ementa: Legislação x MPV

Calendário

Data: 26/11/2020

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 25/11/2020 a 05/03/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 25/11/2020 a 27/11/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/02/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 27/11/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 28/11/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

EMENDA 1 - MPV 1010/2020

Data: 26/11/2020

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Avulso inicial da matéria

Data: 26/11/2020

DOCUMENTOS

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 25/11/2020 a 05/03/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 25/11/2020 a 27/11/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/02/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 27/11/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 28/11/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Descrição/Ementa: -

EMENDA 2 - MPV 1010/2020

Data: 26/11/2020

Autor: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 3 - MPV 1010/2020

Data: 26/11/2020

Autor: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 4 - MPV 1010/2020

Data: 26/11/2020

Autor: Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: “Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública, do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.”

EMENDA 5 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Emenda aditiva a MP 1010/2020 para proibir o corte de energia elétrica nos dias em que especifica.

EMENDA 6 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Emenda aditiva a MP 1010/2020 para proibir a cobrança de taxa para o religamento do serviço de energia elétrica

DOCUMENTOS

EMENDA 7 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Camilo Capiberibe (PSB/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 8 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Senador Weverton (PDT/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 9 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Senador Weverton (PDT/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 10 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Geninho Zuliani (DEM/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 11 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Restringe o repasse à Companhia de Eletricidade do Amapá ao efetivo consumo registrado no mês de competência.

EMENDA 12 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a exigência de um plano estratégico, que garanta a segurança energética, em caso de falhas em estações, às regiões abastecidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) por uma única linha de transmissão de energia.

EMENDA 13 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a exigência de plano de segurança e de equipamentos sobressalentes, com capacidade suficiente, de modo a impedir a descontinuidade do fornecimento em caso de falhas de equipamentos em operação.

DOCUMENTOS

EMENDA 14 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a criação de um programa de crédito especial às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais localizados no Estado do Amapá.

EMENDA 15 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o direito à indenização pelos prejuízos financeiros enfrentados pela população do Amapá em razão da falta de energia elétrica.

EMENDA 16 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Altera a MPV nº 1.010/2020.

EMENDA 17 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Altera a MPV nº 1.010/2020.

EMENDA 18 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Altera a MPV nº 1.010/2020.

EMENDA 19 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 20 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Camilo Capiberibe (PSB/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 21 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 22 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 23 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Deputado Federal João Daniel (PT/SE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA 24 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 25 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 26 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 27 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

DOCUMENTOS

EMENDA 28 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 29 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 30 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 31 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 32 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 33 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 34 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 35 - MPV 1010/2020

Data: 27/11/2020
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

EMENDA 36 - MPV 1010/2020

DOCUMENTOS

Data: 28/11/2020

Autor: Deputado Federal André Abdon (PP/AP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Avulso de emendas

Data: 28/11/2020

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 36 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) 001; 024; 025; 026; 027; 028; 029; 030; 031; 032; 033; 034;035 Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) 002; 003 Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC) 004 Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO) 005; 006 Deputado Federal Camilo Capiberibe (PSB/AP) 007; 020 Senador Weverton (PDT/MA) 008; 009 Deputado Federal Geninho Zuliani (DEM/SP) 010 Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE) 011; 012; 013; 014; 015 Deputado Federal Enio Verri (PT/PR) 016; 017; 018 Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF) 019 Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG) 021 Deputado Federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG) 022 Deputado Federal João Daniel (PT/SE) 023 Deputado Federal André Abdon (PP/AP) 036.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 03/12/2020.

Descrição/Ementa: -

OFCN 445/2020

Data: 30/11/2020

Autor: Diretor da Secretaria de Expediente

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 445, de 30/11/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n° 1.010, de 2020.

Nota Técnica

Data: 04/12/2020

Autor: Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1010, de 2020

Descrição/Ementa: Nota Técnica nº 95/2020, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados

---

Autógrafo aprovado na

Data: 18/03/2021

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.

Avulso de PLV

Data: 18/03/2021

DOCUMENTOS

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 18/03/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: Cotejo de textos: legislação alterada X MPV X PLV 44/2020 (da Câmara dos deputados).

Requerimento

Data: 26/03/2021

Autor: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 336, I, e 338, I, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MPV 1010/2020.

EMENDA 37 PLEN - MPV

Data: 30/03/2021

Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebidas as Emendas nºs:
- 37, da Senadora Rose de Freitas; e
- 38, do Senador Mecias de Jesus.

Descrição/Ementa: Emenda MPV 1010/2020

EMENDA 38 PLEN - MPV

Data: 30/03/2021

Autor: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebidas as Emendas nºs:
- 37, da Senadora Rose de Freitas; e
- 38, do Senador Mecias de Jesus.

Descrição/Ementa: emenda a MP 1010 de 2020

Avulso de emendas

Data: 30/03/2021

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encerrado o prazo de emendamento à matéria às 14h de 30/03/2021.
Perante a Mesa do Senado Federal foram apresentadas 2 emendas.

Descrição/Ementa: -

DOCUMENTOS

RQS 1270/2021

Data: 30/03/2021

Autor: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Remota realizada em 30/03/2021)
Encaminhado à publicação o PLV nº 44/2020.
Encaminhadas à publicação as Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
Proferido pelo Senador Davi Alcolumbre o Parecer nº 45/2021-PLEN/SF, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária da MPV nº 1.010/2020 e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 44/2020 e rejeição das Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
A Presidência indefere proposta do Senador Esperidião Amin de impugnação de matérias estranhas à Medida Provisória.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o PLV nº 44/2020, nos termos do parecer, com voto contrário do Senador Esperidião Amin.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.
À sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Encaminhado à publicação o RQS nº 1270/2021, da liderança do MDB, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN; retirado pelo RQS nº 1285/2021, também encaminhado à publicação)

Descrição/Ementa: Destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN, apresentada à MPV 1010/2020 - PLV 44/2020.

Relatório Legislativo

Data: 30/03/2021

Autor: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Davi Alcolumbre.

Descrição/Ementa: Relatório MP 1.1010/2020

RQS 1285/2021

Data: 30/03/2021

Autor: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Remota realizada em 30/03/2021)
Encaminhado à publicação o PLV nº 44/2020.
Encaminhadas à publicação as Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
Proferido pelo Senador Davi Alcolumbre o Parecer nº 45/2021-PLEN/SF, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária da MPV nº 1.010/2020 e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 44/2020 e rejeição das Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
A Presidência indefere proposta do Senador Esperidião Amin de impugnação de matérias estranhas à Medida Provisória.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o PLV nº 44/2020, nos termos do parecer, com voto contrário do Senador Esperidião Amin.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.
À sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Encaminhado à publicação o RQS nº 1270/2021, da liderança do MDB, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN; retirado pelo RQS nº 1285/2021, também encaminhado à publicação)

Descrição/Ementa: Retirada do RQS nº 1270/2021.

P.S 45/2021 - PLEN

Data: 30/03/2021

Autor: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Remota realizada em 30/03/2021)
Encaminhado à publicação o PLV nº 44/2020.
Encaminhadas à publicação as Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
Proferido pelo Senador Davi Alcolumbre o Parecer nº 45/2021-PLEN/SF, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária da MPV nº 1.010/2020 e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 44/2020 e rejeição das Emendas nºs 37 e 38-PLEN.
A Presidência indefere proposta do Senador Esperidião Amin de impugnação de matérias estranhas à Medida Provisória.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o PLV nº 44/2020, nos termos do parecer, com voto contrário do Senador Esperidião Amin.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.
À sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Encaminhado à publicação o RQS nº 1270/2021, da liderança do MDB, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN; retirado pelo RQS nº 1285/2021, também encaminhado à publicação)

Descrição/Ementa: Parecer nº 45/2021-PLEN/SF

Minuta

Data: 31/03/2021

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

MPCN 38/2021

Data: 05/04/2021

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 74, de 05/04/21, ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 38/21/ ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 75, de 05/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha à sanção o Projeto de Lei de Conversão n° 44, de 2020 (Medida Provisória n° 1.010, de 2020).

OFCN 74/2021

Data: 05/04/2021

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 74, de 05/04/21, ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 38/21/ ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 75, de 05/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem n° 38 , de 2021 (CN), da Presidência do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão n° 44, de 2020 (Medida Provisória n° 1.010, de 2020).

OFCN 75/2021

Data: 05/04/2021

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 74, de 05/04/21, ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 38/21/ ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 75, de 05/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei de Conversão n° 44, de 2020 (Medida Provisória n° 1.010, de 2020).

Autógrafo - PLV 44/2020

Data: 05/04/2021

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 74, de 05/04/21, ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 38/21/ ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 75, de 05/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Documento Não categorizado

Data: 15/06/2021

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

OFCN 185/2021

Data: 30/06/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 185, de 30/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 25 de junho de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1010, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 27 de abril de 2021 com sua conversão na Lei nº14.146, de 2021, sancionada no dia 26 do mesmo mês e ano.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n° 1.010, de 2020.

Mensagem

Data: 18/04/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhada à publicação a Mensagem da Presidência da República nº 266, de 2021, que restitui o autógrafo do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020 (Medida Provisória nº 1.010, de 2020), promulgado e convertido na Lei nº 14.146, de 26 de abril de 2021.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

OFCN 129/2022

Data: 26/04/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

DOCUMENTOS

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 129, de 26/04/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o recebimento da Mensagem nº 266, de 2021, da Presidência da República, que restitui autógrafo das partes vetadas, promulgadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e incorporadas à Lei 14.146, de 26 de abril de 2021.

À COARQ.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados autógrafo sancionado do Projeto de Lei de Conversão n° 44, de 2020 (Medida Provisória n° 1010, de 2020).

ATCN 3/2021

Data: 04/09/2024

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1010/2020, pelo período de sessenta dias.